



ISSN: 2230-9926

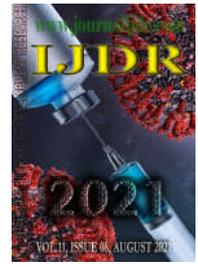
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 08, pp. 49756-49761, August, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22731.08.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MACAPÁ, ENTRE TRATORES E AVES DE RAPINA: ECONOMIA SOLIDÁRIA E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

*Kátia Paulino dos Santos

Professora Adjunta e Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Amapá, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 08th May, 2021

Received in revised form

26th June, 2021

Accepted 30th July, 2021

Published online 29th August, 2021

Key Words:

Economia Solidária, Resíduos Sólidos, Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá.

*Corresponding author:

Kátia Paulino dos Santos

ABSTRACT

A economia solidária representa uma importante alternativa à economia capitalista, uma vez que busca resgatar valores como liberdade, igualdade e solidariedade. A proposta tem avançado no mundo, tanto pelo entendimento da necessidade de se buscar meios mais sustentáveis de sobrevivência, quanto pelo crescimento da produção intelectual na área, que impulsiona uma ampliação do entendimento sobre a categoria e seus diferenciais. No Brasil esta realidade não é diferente. Viveu-se no cenário nacional um salto das políticas de fomento à economia solidária a partir do Governo Lula, que se manteve ao longo da permanência do Governo do Partido do Trabalhadores e declinou a partir do Governo Temer. Este artigo procurou entender sua dinâmica operacional e, principalmente, as políticas públicas de fomento por meio da análise da Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá, capital do Estado do Amapá, extremo Norte do Brasil. Como método, utilizou-se a pesquisa qualitativa e estudo de caso, com análise de custo-efetividade, fim de se medir os principais avanços e desafios impostos ao segmento. Este estudo identificou a necessidade de reestruturação nos formatos de gestão das políticas de desenvolvimento por parte de órgãos governamentais, que devem funcionar de maneira harmoniosa e articulada, mas atuam isoladamente e sem comunicação efetiva entre si, prejudicando a qualidade e a quantidade de serviços oferecidos.

Copyright © 2021, Kátia Paulino dos Santos. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kátia Paulino dos Santos. "Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá, entre tratores e aves de rapina: economia solidária e a luta pela sobrevivência", *International Journal of Development Research*, 11, (08), 49756-49761.

INTRODUCTION

No cenário brasileiro, constatou-se nas últimas duas décadas uma intensificação das políticas públicas de fomento à economia solidária, viabilizadas pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A institucionalização da SENAES aliada ao delineamento de uma política concentrada em ações pautadas em pesquisas empíricas, geraram credibilidade e reconhecimento social da Instituição, impactando em muitos de seus resultados. O Estado do Amapá vem apresentando um significativo crescimento populacional, de forma a integrar cada vez mais as características dos grandes centros urbanos. De acordo com o último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a elevação populacional foi de 40,18%, bem superior à média nacional, de 12,33%, e ainda da Região Norte, 22,98%, compondo a maior taxa de crescimento populacional do Brasil. Tal crescimento reflete as expectativas econômicas vinculadas ao Estado, impulsionadas pela criação na década de 1990 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (Capital do Estado e segunda

maior cidade em número populacional, respectivamente), e ainda da implantação de grandes multinacionais da mineração, que geraram amplas perspectivas de emprego (IBGE, 2010). Este estudo delimita sua análise no período de 2003 a 2010, com ênfase nos reflexos do fomento à economia solidária no Estado do Amapá, por meio de estudo de caso realizado na Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá (ACAM). Parte-se do seguinte problema: quais as políticas públicas disponibilizadas à ACAM e seus reflexos nos avanços e dificuldades vivenciados pela Associação? Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de fomento disponibilizadas pelo Estado do Amapá à ACAM, bem como suas influências na Associação. O estudo possui caráter qualitativo e exploratório, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema da investigação, com vistas a torná-lo mais explícito, envolvendo: levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Trata-se de estudo de caso, que utilizou a análise de custo-efetividade, que constitui uma técnica analítica que compara os custos de um projeto com os benefícios resultantes, não expressos na mesma unidade de

medida. O objetivo é estabelecer relações entre “custos” e “benefícios” e comparar os custos provocados por formas alternativas de alcançar os objetivos propostos. Este artigo encontra-se estruturado em três partes, a primeira tratou dos marcos originários da economia solidária no Brasil, falando de sua origem e evolução da política de fomento. A segunda pontuou os principais avanços na política nacional de fomento à economia solidária, por meio da análise de relatórios da SENAES, levando em consideração também outros estudos com ênfase na temática. E a terceira apresentou os resultados do estudo de caso, apresentando a análise das entrevistas realizadas junto ao empreendimento econômico solidário.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: MARCOS

ORIGINÁRIOS: Para Laville (1994), a economia solidária caracteriza-se como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas tendo por objetivo o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações, onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela distingue-se também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. Paul Singer (2007), que se destaca pela densa produção voltada ao tema e ainda por ter sido o primeiro Secretário Nacional de Economia Solidária no Brasil, considera que Economia Solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. Singer (2012) contextualiza o cenário de surgimento da SENAES no Brasil, enfatizando que a discussão sobre a economia solidária no Partido dos Trabalhadores (PT) começou aproximadamente no final de 1999 e início dos anos 2000. No ano 2000, na ocasião do Congresso Nacional do PT em Belo Horizonte, surgiu claramente o problema do significado do socialismo nos tempos pós-muro de Berlim, ou seja, nos tempos pós-1989, quando os regimes do chamado socialismo real praticamente foram derrubados. Esses regimes foram todos derrubados e substituídos por regimes democráticos e o sistema econômico voltou a ser ou passou a ser o capitalista.

O autor revela que um dos seminários promovidos pelo Partido foi sobre economia socialista, palestrado por ele próprio, ocasião em que tratou da economia solidária, que já estava em debate, mas ainda incipiente, pequeno fora do PT e até mesmo dentro do PT. Mas, nessa ocasião, toda a direção do partido estava presente e houve uma unanimidade de que Economia Solidária deveria necessariamente estar nas plataformas e nos programas dos candidatos do PT, tendo tal fato ocorrido em 2002, no ano da eleição em que Lula fora eleito Presidente da República do Brasil. De acordo com Gaiger (2013), especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. A economia solidária reedita essa estratégia histórica dos trabalhadores, vinculada umbilicalmente ao movimento operário em seus primórdios, mas dele posteriormente cindida em muitos lugares, por óbices políticos mais do que por singularidades supostamente irredutíveis. Firmou-se a partir de 2003 no Brasil o compromisso de desenvolver uma política de fomento à Economia Solidária. Em junho de 2003, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou projeto de lei do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criando no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo

de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho - tudo isso vem afetando grande número de países (SINGER, 2004). Singer (2006) revela ainda que a SENAES foi criada por lei e instalada a pedido do então Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Social Mundial (FSM). O Fórum, inaugurado em 2001, representa as insatisfações de parte da população mundial com o “neoliberalismo, o domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo” (FSM, 2004, p. 1). A ideia do FSM é facilitar a articulação de entidades e movimentos engajados em ações concretas, local, e, internacionalmente, pela construção de “um outro mundo”. Dentro das propostas por um mundo diferente há a preocupação com as formas de produção, troca e distribuição de riquezas. Nesse contexto, no primeiro FSM criou-se, a partir de iniciativa de entidades da sociedade civil e de membros do governo do Rio Grande do Sul, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT - Brasileiro) (CONTIJO, 2012, p. 15).

Durante o planejamento das atividades da Economia Solidária no III FSM, tendo uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, para a 16 presidência do Brasil, o GT – Brasileiro programou a realização de uma reunião ampliada para discutir o papel da economia solidária no governo do futuro presidente. Essa reunião, realizada em novembro de 2002, resultou na elaboração de uma carta, contendo os anseios do movimento de ES que foi elaborada e entregue ao já Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa mesma reunião de novembro decidiu-se realizar, em São Paulo, a I Plenária Nacional de Economia Solidária (CONTIJO, 2012). A decisão do Governo Federal de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, respondendo positivamente às mobilizações feitas no campo da economia solidária (seminários, plenárias, fóruns), significa uma mudança profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população menos favorecida na sociedade. As outras formas de trabalho associado e cooperado ganharam espaço e reconhecimento ao lado das demais políticas de geração de emprego (SENAES, 2012). A SENAES buscou desde sua criação, em 2003, fomentar a economia solidária nacionalmente. No ano de 2009 consideráveis recursos foram investidos para a realização de cursos de formação em economia solidária, que objetivavam esclarecer a temática para empreendedores identificados como solidários, para representantes governamentais (prefeituras e estados) e para a sociedade civil organizada.

AVANÇOS NA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

BRASIL: 2003-2016: A SENAES estava vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), funcionando dentro das instalações do Ministério e ocupando o menor espaço físico entre as outras secretarias que se encontram vinculadas, além de contar com número pouco significativo de funcionários do quadro. A SENAES era formada por Gabinete, Departamentos e Coordenações que articulados executam o conjunto de competências da Secretaria. Apesar de ter sido criada com certo número de cargos de direção e assessoramento, a natureza do trabalho da SENAES exigia a sua incorporação na estrutura de recursos humanos do MTE para que pudesse desempenhar bem suas funções. Isso não ocorreu sem dificuldades tendo em vista que aquele Ministério havia sido historicamente constituído para ser um órgão de fiscalização das relações de trabalho e garantia do cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Valmor Schiochet (2011) enfatiza que a SENAES faz parte da história de mobilização e articulação política de diversos sujeitos e organizações que fomentam e participam de iniciativas de ES enquanto estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho, a partir das formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento. A organização política da ES expressa uma parte desse movimento de redemocratização política, quando os movimentos sociais ampliaram suas capacidades organizativas,

reivindicatórias e propositivas, na constituição de fóruns e redes, que ganharam impulso no final da década de 90 e se consolidaram na primeira década do século XXI, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a conquista de um espaço institucional de coordenação de políticas públicas de ES no Brasil. O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil. (SENAES, 2013). O SIES foi implantado no ano de 2004 e realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954 EES. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905 EES. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859 EES. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004 o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional. (SENAES, 2013). Os dados do SIES demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo que 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc. Segundo Gaiger (2009, p. 576), os “EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”. Não há dúvidas que o envolvimento dos agentes externos qualifique o processo, a questão é sobre o espaço de decisão que estes agentes adquirem frente aos EES em seu cotidiano e em um plano maior – no FBES. É ainda fundamental falar da locação desses projetos do ponto de vista das regiões brasileiras. Como eles foram distribuídos com maior participação do Nordeste, em relação à quantidade de projetos custeados, o que é importante, uma vez que o Nordeste representa no mapeamento uma maior relação de Economia Solidária se comparado ao conjunto brasileiro, e ainda porque representa um desafio importante em termos de perspectiva de desenvolvimento nacional. Na tabela abaixo verifica-se a distribuição dos projetos pelas regiões:

Tabela 1. Distribuição dos recursos investidos nos projetos por abrangência nacional e regional (2003-2010)

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
Nordeste	135	31,0	38.242.988,60	18,5
Sudeste	99	22,8	40.847.739,60	19,8
Sul	73	16,8	23.624.286,70	11,5
Norte	35	8,0	22.383.075,20	10,9
Centro Oeste	26	6,0	10.893.380,70	5,3
Nacional	67	15,4	70.281.870,61	34,1
Total	435	100,00	206.278.341,41	100,00

Fonte: SENAES (2012)

Além dos recursos alocados pela SENAES houve a participação de fundos públicos oriundos de outros ministérios, como por exemplo, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Ministério da Educação), do Plano Nacional de Qualificação (Ministério do Trabalho e Emprego), ações de apoio a organização do trabalho, geração e renda para usuários da saúde mental (Ministério da Saúde), entre outros.

A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MACAPÁ: ECONOMIA SOLIDÁRIA E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA: O escasso investimento público e privado em infraestrutura no Estado do Amapá resulta em uma série de problemas urbanos. A questão da destinação dos resíduos sólidos consubstancia-se como um dos sérios problemas. De acordo com Góes (2013), desde a década de 1980, quando o Amapá ainda era Território Federal, a cidade de Macapá sofre com o problema da inadequada destinação do lixo em seu território. Nos últimos 10 anos o problema aumentou com o surgimento de um “lixão” que se instalou na zona norte de Macapá, com o consentimento dos dirigentes de serviços públicos municipais dessa área, pois: O referido “lixão” conhecido como *Aterro*

Controlado, encontra-se situado à altura do Km 14, na margem esquerda da Rodovia Br-156, que liga os Municípios de Macapá à Porto Grande, possuindo uma área total de aproximadamente 121 hectares, onde a princípio, os resíduos eram colocados na área, sem qualquer tratamento, permanecendo em decomposição a céu aberto (GÓES, 2013, p. 105). Tal denominação de *Aterro Controlado* é originada de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre a Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Agrários (PRODEMAC) do Ministério Público Estadual do Amapá, em agosto de 2006, o qual prevê o encerramento do “lixão”, o início do aterro controlado, bem como medidas compensatórias para as famílias que trabalham na catagem de resíduos sólidos com vistas à comercialização e que são conhecidos socialmente por *carapirás*.

A Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá e o dilema pela sobrevivência: A Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá (ACAM) foi fundada em 02 de maio de 1997 e tem como presidente um catador que trabalha nesta função desde 1993. A sede da Associação é uma modesta construção em alvenaria, localizada no interior do espaço onde o aterro controlado é operacionalizado. A denominação de Aterro Controlado é originada de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre a Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Agrários (PRODEMAC) do Ministério Público Estadual do Amapá, em agosto de 2006, o qual prevê o encerramento do “lixão”, o início do aterro controlado, bem como medidas compensatórias para as famílias que trabalham na catagem de resíduos sólidos com vistas à comercialização, e que são conhecidos socialmente por *carapirás*. Antes do aterro controlado, Macapá compunha o conjunto de municípios brasileiros que destinavam seus resíduos sólidos aos lixões a céu aberto. A alteração deste status deu-se em função das constantes reivindicações sociais, principalmente das pessoas que residiam próximo às áreas dos lixões, dados aos constantes incômodos e problemas derivados da condição do lixo a céu aberto, como proliferação de insetos, roedores, e mau cheiro provocado sobretudo pelo líquido que surge do lixo, conhecido por chorume. De acordo com Góes (2011), inicialmente a entidade foi composta com a titularidade de Associação de Carapirás de Macapá, existindo desde 1982, e desenvolvia suas atividades na lixeira pública de Macapá, com a coleta de materiais recicláveis para venda e produção de artesanato, trabalhando em equipes, sem eletricidade, sem prédio próprio, utilizando a queima de pneus para iluminar o ambiente para o trabalho. Santos e Alves (2001) enfatizam que os únicos materiais comercializados, no período do lixão a céu aberto eram o alumínio, o cobre, o papelão e as garrafas PET; sendo comuns os conflitos entre os associados, devido aos ritmos de trabalho diferenciados, apesar da renda depender do material que cada associado recolhia.

Optou-se pela utilização de entrevista semiestruturadas e não-estruturadas. As entrevistas semiestruturadas viabilizam uma certa liberdade ao pesquisador, para ir além das respostas, de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade. Neste método, o entrevistador pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. (May, 2004) Realizou-se entrevista com o presidente da ACAM e com quatro associados, além da observação in loco, e da análise documental, que garantiu uma compreensão mais sistêmica das informações alcançadas. As entrevistas foram realizadas em novembro de 2019.

Na entrevista realizada com o presidente da ACAM, ele revelou que a Associação foi criada a partir do acompanhamento e orientação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA) no ano de 1995, por meio de auxílio da SEMA aos catadores no que tange à explicação dos procedimentos para a composição da Associação. A sede da ACAM fora construída por meio de doações comunitárias no ano de 2003, onde populares, pequenos comerciantes e pequenos empreendedores doaram pequenas quantias em dinheiro, não havendo nenhum investimento por parte da Associação. Cada associado contribui mensalmente com o valor de R\$ 5,00 (cinco reais), renda utilizada para as despesas coletivas da entidade. O presidente da

Associação ressaltou que existe uma grande lista de espera de catadores que pretendem se associar, sendo que a Associação constantemente realiza a atualização dos sócios, enfatizando que os que deixam de executar a função sem avisar a ACAM são substituídos por outros da lista de espera. Ressalta-se que até o ano de 2003, grande parte dos catadores de resíduos sólidos moravam na área do lixão, que a essa época era a céu aberto. A área era preenchida por barracos de madeiras, lonas e papelões, onde os catadores residiam em condições sub-humanas. O trabalho era realizado por todos da residência, inclusive por crianças, sem qualquer intervenção ou assistência do Estado.



Fonte: Arquivo do Fórum Estadual de Economia Solidária (FAES).

Figura 1. Célula do aterro controlado de Macapá (2014)

Após 2003 determinou-se pela Prefeitura Municipal de Macapá a proibição de moradias na área. Restou proibido ainda o trabalho de crianças na área. A retirada dos moradores da área do lixão impulsionou a ocupação dos bairros próximos à lixeira pública, como Ipê, Açaí e Amazonas, desaparecendo da área da lixeira as condições precárias de moradia, mas permanecendo tal condição na realidade de cada catador em seu novo destino. Existe uma empresa responsável pela organização da sistemática de funcionamento do aterro controlado e o acesso aos catadores se dá mediante à apresentação de carteirinha de associado na ACAM, sendo que o período da coleta é limitado ao horário das 6h às 9h, e os catadores só podem permanecer no espaço até às 17h30min, não podendo haver coleta, nem permanecer no espaço no horário noturno, sob pena de punição. O trabalho dos catadores é controlado pelos fiscais da SEMUR e da Empresa Rumos Engenharia Ambiental, sendo que só é permitida a coleta de materiais quando não há o funcionamento das máquinas. Tal regra é sistematicamente descumprida, uma vez que as máquinas (tratores) iniciam cedo seus trabalhos, e de acordo com os catadores nas entrevistas realizadas, os operadores das máquinas não disponibilizam espaços de tempo para a realização das coletas, havendo os catadores de disputar espaço com as máquinas, muitas vezes arriscando sua integridade física e a própria vida, o que inclusive fora observado no local, na ocasião desta pesquisa. Nas entrevistas realizadas os catadores foram unânimes em apontar as dificuldades enfrentadas para a realização da coleta. Os mesmos alegam não possuir tempo suficiente para coletar os resíduos, sendo que após a chegada dos caminhões e o despejo do material, os operadores das máquinas não disponibilizam tempo para a realização da coleta.

A Prefeitura Municipal de Macapá, em atendimento à Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, implantou, em 2013, a célula onde são despejados diariamente cerca de 250 toneladas de lixo, que até 2012 eram colocados no aterro controlado. A mudança no tratamento do lixo doméstico insere Macapá entre as cidades que estão de acordo com a legislação da política nacional de resíduos sólido.

A Associação conta com 70 (setenta) sócios, sendo 36 mulheres e 34 homens. Que se encontram na faixa etária de 19 a 68 anos, estando a maioria compondo os indicadores de baixa escolaridade, uma vez que muito pouco encontram-se cursando o ensino médio. A renda média dos catadores atualmente é de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), e atualmente são responsáveis pela seleção de 30.000 toneladas de resíduos mensal. O quadro 1 demonstra sinteticamente o perfil social dos trabalhadores entrevistados. Observou-se que as condições de trabalho dos catadores são precárias, embora utilizem equipamentos de segurança como botas impermeabilizantes e luvas, os mesmos ficam expostos a insetos de várias espécies, e o meu cheiro do local é intenso. Os principais avanços, dificuldades e fomentos recebidos serão tratados na seção a seguir.

Fomentos governamentais e principais resultados e desafios da ACAM: Realizou-se observação *in loco* no aterro controlado, onde funciona a Associação, participando-se de algumas reuniões ao logo de 2016, com a presença da ACAM e do Fórum Estadual de Economia Solidária. Realizou-se entrevista com o presidente da Associação e ainda com oito catadores de resíduos sólidos. As informações coletadas foram atualizadas em diálogo realizado em novembro de 2019, com o Presidente da Associação e com quatro associados. Com relação à comercialização, esta é realizada na própria ACAM, onde os comerciantes se dirigem para comprar os resíduos sólidos selecionados pelos catadores. Quando interrogado acerca das dificuldades de comercialização, o presidente enfatiza que as maiores dificuldades se dão no final de semana, em função de diminuir o substancialmente a quantidade de comprador. Os cinco sócios revelaram nas entrevistas que não houve investimento algum na associação nos últimos anos, sendo que o prédio da associação funciona em situação precária, sem ser rebocada, sem móveis ou portas dentro dos compartimentos internos (quatro compartimentos). Ressalta-se ainda que nunca fora pleiteado pela associação qualquer empréstimo ou financiamento para a dinamização das atividades, sob a alegação da entidade não se encontrar organizada suficientemente, e, desta forma, inapta para tal pleito. Sintetizou-se no quadro 6 as principais respostas apresentadas pelos sócios referentes aos avanços e desafios da Associação, na ocasião das entrevistas:

Com relação aos resultados da gestão, o presidente enfatizou que não há remuneração ou divisão de recursos na Associação em função de cada sócio realizar a comercialização dos resíduos que coletada, afirmando ainda que a renda obtida pela atividade, em geral, é a fonte principal de renda para os sócios. A renda obtida com a atividade é insuficiente até para pagar as despesas, sendo a afirmação do presidente da associação e a resposta de grande parte dos catadores entrevistados na pesquisa. De acordo com o presidente a renda média mensal da Associação é de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), sendo que a renda média mensal declarada pelos catadores é de 1 a 2 salários-mínimos.

Quando perguntado ao presidente da associação sobre a principal conquista alcançada pela associação, ele mencionou que a aproximação e orientação do Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES) foi a maior conquista realizada. E quando perguntado sobre os principais desafios da ACAM, o presidente enfatizou a necessidade da empresa responsável pelo aterro respeitar o espaço e a função dos catadores, afirmando ser esta uma grande dificuldade para o avanço das atividades. Quando questionado sobre o que a economia solidária alterou em sua vida, o presidente salientou a satisfação com a possibilidade de conhecimento, de amadurecimento da experiência, e do esclarecimento sobre os conceitos e ideais da economia solidária. O Fórum possui três representantes, funcionando como uma representação do Fórum Nacional de Economia Solidária. Todas as representantes são envolvidas diretamente em movimentos sociais inseridos na economia solidária e passaram pela formação de gestores em Economia Solidária, sendo que uma delas possui o ensino superior, com formação em Comunicação Social, e as outras duas possuem o ensino médio completo. Para a visualização das formas de atuação do FAES, e ainda dos seus principais avanços e desafios, entrevistou-se, simultaneamente, as três representantes.

Quadro 1. Perfil dos sócios entrevistados – ACAM

Informação	Respostas
Idade	Entre 42 a 53 anos. Uma única entrevistada de 23 anos.
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto.
Cidade onde mora	Macapá. Apenas um sócio entrevistado de Tartarugalzinho.
Bairro onde mora	Com exceção do sócio que é de Tartarugalzinho e de um outro que mora no Km 17 - Santana dos Paricás, todos os entrevistados moram no Bairro Amazonas.
Profissão / ocupação	Todos declararam-se catadores.
Quantas pessoas residem na casa onde mora	Em geral, de 4 a 8 pessoas.
Quantas pessoas trabalham na residência	A maioria informou que somente uma pessoa trabalha, havendo duas pessoas informado que duas pessoas trabalham na residência.
É beneficiário de programa de renda mínima	Apenas um dos entrevistados não é beneficiário de programa de renda mínima. Todos os outros declararam receber ou o programa “Renda para Viver Melhor” (estadual) ou o programa “Bolsa Família” (federal), ou mesmo os dois.
Situação familiar	Apenas uma catadora entrevistada afirmou contribuir na renda, todos os outros declararam ser arrimo de família.
Renda familiar	Dois entrevistados afirmaram possuir renda de até R\$ 1.000,00, o restante declarou renda familiar de R\$ 250,00 a R\$ 500,00.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2. Avanços e dificuldades apresentadas pelos sócios nas entrevistas

Pergunta	Respostas
Dificuldade apresentada na comercialização do produto	Formação do preço (presidente e entrevistados 2, 3 e 4) Venda para atravessador (presidente e entrevistado 2)
Quais os benefícios ou garantias proporcionadas pela Associação	Qualificação social e profissional (apenas dois sócios responderam. Entrevistado 2) Nenhum (presidente, entrevistado 1)
O que poderia ser melhorado com relação ao fomento governamental	Não existe fomento. (presidente e entrevistados 3 e 4) Auxílio para a construção de uma sede fora do aterro, a fim de que os catadores tivessem mais liberdade. (apenas um catador respondeu (entrevistado 2)
No ano anterior, os resultados da atividade permitiram	Pagar as despesas e não possuir nenhuma sobra (presidente, entrevistados 2, 3 e 4) Pagar as despesas e ter uma sobra. (apenas um catador respondeu – entrevistado 1)
Principais conquistas da associação	Atualização da documentação, as formações e as reuniões para formalizar parceria (presidente, entrevistados 2 e 4)
Quais os principais desafios da associação	Proporcionar aos sócios condições adequadas de trabalho. (presidente, entrevistados 3 e 4) Viabilizar condições de trabalho e o respeito pela empresa Rumos (entrevistado 1 e 2)
O que a economia solidária mudou em sua vida	Houve uma conscientização de que se pode avançar na metodologia e resultados da coleta seletiva. (presidente, entrevistados 3 e 4) Aprendeu realizar trabalho em equipe e aumentar a organização. (entrevistados 2 e 3) Incentivou o trabalho em equipe e o fomento às parcerias. (presidente, entrevistado 1 e 2) Conhecimento adquirido. (entrevistados 1 e 4)

Fonte: Elaborado pela autora.

O entrevistado 3, ao responder sobre as conquistas do empreendimento, ressaltou o seguinte: “a maior conquista do empreendimento é a união da equipe. O presidente. Com o apoio do Fórum, conseguiu integrar de forma muito bonita os associados, de maneira que o grupo se sente numa família”. Com relação à análise de efetividade das políticas de fortalecimento à economia solidária, observou-se que poderia haver uma rede de serviços para a efetividade do fomento ao empreendimento. Tal rede proporcionaria a valorização dos ideais de gestão de negócios, com as etapas de planejamento e avaliação, que poderiam ser realizadas pela Secretaria de Trabalho, assim como pela Superintendência de Trabalho e Emprego. Ainda em observância aos princípios da economia solidária, a rede seria uma forma de se ressaltar a preocupação com o meio ambiente, como a conscientização ambiental, o correto delineamento da política de resíduos sólidos, adequação da estrutura física do aterro para a realização de triagem e seleção dos resíduos, que oficialmente deveriam ser desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de Macapá. Observou-se, no entanto, que os órgãos atuam de forma isolada, sem articulação e planejamentos adequados, o que inviabiliza um ciclo de políticas necessárias à otimização do tratamento dos resíduos sólidos em Macapá, prejudicando, consequentemente, o trabalho, o cotidiano e os resultados das atividades da ACAM. Restando, neste sentido, a conclusão de que não existe a efetividade nas políticas de fomentos à economia solidária, no caso da Associação de Catadores de Macapá. Há de ser ressaltado que embora os catadores estejam inseridos em uma dinâmica social significativamente desfavorável, o que fora ressaltado pelos resultados do perfil socioeconômico apresentado, há de ser observado que a atividade apresenta resultados financeiros para

os sócios, de forma a cobrir as despesas da maioria dos entrevistados (despesas estas adquiridas a outros fins, e não em função ou como forma de investimento no empreendimento). O que leva a entender que a atividade tem sido positiva aos sócios, uma vez que o investimento no empreendimento é mínimo, necessitando apenas da aquisição dos equipamentos de segurança por cada sócio, e o pagamento da taxa mensal da Associação, sendo o retorno financeiro pequeno, em alguns casos, insuficientes, mas para a grande maioria, positivo. Além da análise meramente financeira, torna-se necessário destacar também a satisfação e a identificação dos catadores com a atividade, assim como a identificação com o grupo em que estão inseridos. Os catadores entrevistados enfatizaram a satisfação com o amadurecimento do conhecimento sobre os ideais da economia solidária, e com a integração do grupo.

Observou-se com este estudo que o potencial de desenvolvimento da Associação é bastante significativo frente à especificidade de inserção do empreendimento. O tratamento dos resíduos sólidos possui muitas perspectivas em Macapá, uma vez que o crescimento da cidade impulsiona paralelamente o amadurecimento da atuação do Estado em várias searas. Neste caso em particular, o tratamento dos resíduos sólidos insere-se num contexto transversal e difuso, sendo uma questão de saúde pública, uma questão de ordem ambiental, que se relaciona também com o paisagismo da cidade. Deve ser enfatizado, neste contexto, o potencial de geração de renda oriundo das atividades de triagem dos resíduos sólidos.

CONCLUSÃO

Este estudo delimitou a análise na Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá (ACAM), com vistas a se compreender os impactos da política de fomento à economia solidária no Estado do Amapá. Constatou-se que a Associação se insere num contexto estratégico na cidade, uma vez que os resíduos se consubstanciam numa grande problemática social, agravada pelo fato do Estado do Amapá não possuir coleta seletiva de resíduos sólidos. No caso de Macapá, todo o lixo apanhado pela prefeitura é depositado em um mesmo tipo de caminhão, que comprime e mistura tudo, sem nenhum mecanismo de distinção. Verificou-se que as condições de trabalho ainda são precárias, embora a grande maioria dos associados faça uso de alguns equipamentos de segurança, que são adquiridos por conta própria, como botas impermeáveis, luvas e chapéus de proteção contra o sol. A precariedade não se volta apenas à insalubridade do local, ela é ampliada quando se trata das condições de coleta dos resíduos pelos trabalhadores, que necessitam lutar por espaço com os tratores, que não realizam pausa em suas atividades, de forma a permitir a seleção dos resíduos pelos catadores. Há de ser destacado que não existe triagem prévia em local específico, os resíduos são despejados diretamente nas células sanitárias, sendo posteriormente recoberto por aterro, que depois é espalhado pelas máquinas. Frequentemente os catadores possuem o trabalho de desenterrar resíduos para elevar sua produção e renda.

Diante das informações colhidas, verificou-se que o empreendimento é rentável para a grande maioria dos associados, necessitando, contudo, ser contemplado por políticas públicas que melhorem as condições de trabalho, para que, conseqüentemente, a renda dos catadores também possa ser melhorada, uma vez que a grande maioria dos associados entrevistados respondeu que a renda obtida com o empreendimento oportuniza apenas o custeio de despesas, poucos responderam que possui alguma sobra. Avaliou-se o negócio como rentável, em função de praticamente não existir investimento por parte dos sócios, com exceção dos instrumentos de trabalho adquiridos pelos mesmos, os quais são de baixo valor. Com relação à análise de custo-efetividade, observou-se que as políticas de fomento à economia solidária não contemplam a Associação de Catadores, com exceção do FAES, os catadores não têm apoio direto de nenhum órgão governamental ou não-governamental, uma vez que declararam que há mais de cinco anos não realizam curso de capacitação, e nem possuem orientação ou assessoramento voltado ao fortalecimento do empreendimento, nunca acessaram financiamento, nem qualquer outro serviço que visasse a ampliação ou amadurecimento do empreendimento. Em função disso, avaliou-se que a política de fomento à economia solidária não é completamente eficaz na perspectiva da ACAM, precisando ser inserida e aprimorada, de acordo com as necessidades dos catadores, diante da grande potencialidade verificada na atuação do segmento, e do contexto social e econômico que pode ser alterado em benefício da Associação e da sociedade amapaense.

Agradecimento

Agradeço o suporte ao estudo proporcionado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP-BRASIL) e a colaboração imprescindível da Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Macapá (ACAM).

REFERÊNCIAS

Contijo, Felipe Marques Carabetti. 2012. *Qual Economia Solidária? Os sentidos da emancipação em um curso de formação*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

- França FILHO, Genauto Carvalho de. 2002. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI – v.2, n. 1. P. 09-19. Jun de 2002.
- Góes, Helívia Costa. 2011. *Dever de proteção ambiental e a gestão municipal dos resíduos urbanos em Macapá, Estado do Amapá*. Dissertação de Mestrado. Macapá: Universidade Federal do Amapá.
- Góes, Helívia Costa. 2013. *A gestão pública e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos do município de Macapá-AP*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.
- Gaiger, Luiz Inácio. 2009. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Março. (p. 81-99). Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/rccs_84_luiz_inacio_gaiger.pdf. Acesso em: 25/03/2019.
- Gaiger, Luiz Inácio. 2013. Economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 28, nº 82, junho de. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 07/08/2019.
- Instituto Brasileiro De Pesquisas E Estatísticas (IBGE). *Censo*, 2010.
- Laville, Jean-Louis (dir.). *L'économiesolidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- Laville, Jean-Louis; Roustang, Guy. L'enjeu d'unpartenariat entre État et sociétécivile. In: Jacques Defourny et al. *Economiesociale au Nord et au Sud*. Bruxelles:Deboeck, 1999.
- Schiochet, Valmor. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, Édi A.; et al. (Org.s). *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- Schiochet, Valmor. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs.). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.
- Secretaria nacional de economia solidária (SENAES). *Por uma Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária - PPNFES*. SENAES/TEM, 2012. Disponível em: http://www.fbes.org.br/biblioteca22/politica_formacao.pdf. Acesso em 28/03/2019.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E2F856F5C/Acontec%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>. Acesso em: 28/07/2014.
- SINGER, Paul. Economia solidária no Brasil:Possibilidades e limites. *Revista Mercado de Trabalho*. São Paulo: IPEA, 2004.
- SINGER, Paul. 2012. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs.). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ.
- SINGER, Paul. SENAES, 2006. Uma experiência brasileira de política de economia solidária. In:FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. p. 201-206.
- SINGER, Paul. 2007. Economia Solidária. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. *Projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo, Edusp/Fapesp, no dia 23 de setembro de.
- SINGER, Paul. 2012. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs.). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: PróReitoria de Extensão UFRJ.